

## Mais um arboricídio inútil, danoso e legal

Na zona do Valinho Turdo, em Belazaima do Chão (concelho de Águeda, distrito de Aveiro), voltou a acontecer: uma mancha de carvalho (Habitat classificado 9230 – Carvalhais galaico-portugueses de *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica*) com árvores entre 30 e 40 anos foi dilacerada por um corte raso de todas as árvores numa larga faixa (mais de 20 m) debaixo da linha de média tensão aí existente, uma operação movida por essa insensata legislação que pretende criar “faixas de gestão de combustível” sem ter em conta que, para além do enorme prejuízo que pode causar ao já escasso património natural que ainda nos resta, pode fazer exactamente o contrário do que pretende: criar faixas de promoção do combustível.

A mancha de carvalho afectada começou a tomar forma vai fazer no próximo Inverno 30 anos, quando os eucaliptos então aí existentes foram cortados, com grandes cuidados para poupar alguns carvalhos que entre os primeiros ocorriam, árvores que não teriam nesse momento mais de 10 anos e raramente ultrapassavam os 5 m de altura. Depois de retirados os eucaliptos foi recuperada a abundante rebentação de toijas, foram cuidadas pequenas plantas de origem seminal e foram também plantadas árvores nos espaços ainda livres. Denso matagal cresceu numa parte menos fértil, mas, com os anos, alguma gestão activa e o ensombramento das árvores, acabou por desaparecer completamente.

Alguns anos depois foi lá instalada a linha de média tensão, mas nunca causou grande impacto. Os responsáveis por assegurar a operacionalidade da linha cortavam alguns ramos altos, de maneira a garantir uma distância segura aos cabos, mas nunca uma árvore inteira foi cortada e, de facto, o impacto da linha passava quase despercebido. Até agora, por razões que nada têm a ver com a operação da linha, ainda que a E-Redes alegue o contrário. Questionada a empresa, esta respondeu que **“A nossa intervenção ocorreu na sequência da limpeza de faixa de proteção das linhas em causa e foi efetuada no âmbito da constituição da Rede Secundária das Faixas de Gestão de Combustível, por forma a minimizar os riscos que pudessem advir à rede de exploração.”** E porque é que tantas árvores com as copas bem distantes dos cabos constituem “riscos” para a exploração da linha? E porque é que, depois de tantos anos de coexistência entre essas árvores e a linha, só agora é que os “riscos” aparecem?

Para quem observa o resultado desta operação, é evidente a sua inutilidade e até o resultado oposto ao que se pretende: evitar a propagação de um incêndio. Porque, se na situação anterior, com copas elevadas de árvores pouco combustíveis e escassa vegetação ao nível do solo de plantas de elevada combustibilidade, a propagação de um incêndio era altamente improvável, agora, mesmo que árvores e ramadas sejam removidas (e, se remover as árvores é compensado pelo seu valor, já com as ramadas não é assim) o crescimento de vegetação rasteira que o acréscimo de luminosidade ao nível do solo acarreta só poderá incrementar o risco de incêndio.

Menos evidente é o impacto que tudo isto tem em quem, ao longo desses 30 anos, cuidou, acarinhou, admirou estas árvores e esperava que todo esse esforço fosse, se não reconhecido, pelo menos respeitado. Ao longo desses anos, muitas vezes essa consideração não existiu, ou porque um madeireiro deixou cair descuidadamente um eucalipto sobre um carvalho, uma mota passou onde não devia, uma máquina danificou desnecessariamente os ramos de uma árvore, ou lixo foi inadvertida ou voluntariamente depositado. Muitas vezes foi necessário reparar árvores, às vezes cortá-las pela base, num incessante e paciente esforço por manter e melhorar uma, duas ou três ilhas de biodiversidade e paisagem numa região onde estas quase foram extintas. Mas nunca a falta

de consideração por todo este trabalho tinha vindo tão “de cima”. Falta de consideração, acrescente-se, agravada pela ausência de comunicação: ainda que a E-Redes afirme que **“antes de realizar qualquer intervenção no terreno, tentamos sempre localizar e contactar o proprietário”**, isso realmente não aconteceu, e dificilmente se pode argumentar que foi tentado.

Muitas vezes, nesta região, o papel das administrações da coisa pública serviu, no âmbito da paisagem e da floresta, para pouco, mas nunca como agora serviu para destruir, ainda que por interpostas entidades: o Estado que legisla, a E-redes que, considerando-se obrigada, contrata, e finalmente os operacionais, quais mercenários de uma “guerra” posta em marcha, que executam o trabalho sujo.

É urgente parar esta “guerra”, que, como todas as verdadeiras guerras, tem razões (aparentemente) válidas que a justificam. No caso relatado, as árvores foram cortadas numa zona plana, onde, apesar de tudo, é possível recolher os “destroços” e, com certa facilidade, fazer algo para sarar as feridas. Mas há por aí locais onde a linha de média tensão passa por cima de encostas inclinadíssimas, algumas cobertas de preciosa vegetação lá instalada há muito tempo, e onde uma operação como a reportada acima teria efeitos ainda mais desastrosos, com a agravante de qualquer retirada de materiais lenhosos ser muitíssimo mais difícil.

Por isso esta mensagem é também um apelo que possa chegar a todos os que estejam em condições de contribuir para que parem estes arboricídios inúteis e custosos, apelo que, desta vez por certo, farei chegar aos mais altos representantes do país, que certamente se envergonharão da responsabilidade que carregam pelos factos descritos, multiplicados, sabe-se lá por quanto, em todos os recantos do país.

Paulo Domingues, 19 de Outubro de 2022





